

HISTÓRIA ENSINADA E CIDADANIA NO PARANÁ (1900-1905)

Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo[♦]

Introdução

A história do ensino de História no Brasil tem, na década de 1980, um marco significativo. Pós-ditadura militar, a história ensinada foi tomada como objeto de análise de uma boa parcela de pesquisadores que tinham interesse em melhor compreender os “caminhos da história ensinada”. Concentrados basicamente em estudos preocupados em denunciar o caráter ideológico e acrítico que envolve a disciplina e divulgar novas experiências didáticas, grande parte dos trabalhos procurou identificar no *sujeito crítico* a concepção de cidadania desejada, perspectiva compreensível dado o período de grande mobilidade nacional em torno da redemocratização do país, que culminou na promulgação da *Constituição Cidadã* em 1988.

Os estudos que vieram se fazendo desde então, por intermédio do estudo da história da disciplina, têm contribuído para a reavaliação daquela noção de cidadania, desvendando processos em que o tema se inscreve e lançando bases para o tratamento da questão sob uma perspectiva de sua própria historicidade.

Nadai (1992, p.23) apontou como a história como disciplina autônoma aparece nos fins do século XIX, na Europa, “imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas”; tornando-se uma disciplina escolar diretamente vinculada com o ideal de formação do cidadão. No mesmo sentido, de uma *Pedagogia do Cidadão*, Bittencourt (1992, p.45) analisa a constituição da disciplina no Brasil e mostra como estava preocupada com a construção de uma memória nacional. Sob a ótica do nacionalismo vigente, afirma a autora, a escola torna-se uma “instituição fundamental criada pela “nação” para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos”.

Sem dúvida a temática da cidadania passa a ser uma das questões mais visíveis quando relaciona a história dessa disciplina. Entretanto, igualmente importante é verificar os significados dessa relação numa perspectiva também histórica, centrando-se a análise na experiência escolar brasileira. Isso porque a formação do cidadão, por meio dos conteúdos da história escolar, assumiu significados diferenciados na medida em que acompanhou o trajeto de formação do Estado brasileiro, principalmente no decorrer do século XIX para o XX.

[♦] Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá. Doutora em História da Educação – PUC-SP Líder do grupo de pesquisas: *Estudos Históricos: memória, identidade e ensino de História UEM*.

Em se tratando do Paraná, no cenário político educacional de fins do século XIX, o ensino de História instituído, na esteira do que ocorria no Colégio Pedro II, colégio da corte, organiza-se por intermédio de conteúdos escolares, cujo sentido expressa um modo de vivenciar as novas experiências políticas vividas pela elite intelectual paranaense na conjuntura social de fins do século XIX e início do XX.

A adoção do compêndio *Lições de História* do paranaense Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937) e sua atuação na cadeira de História Universal no Ginásio Paranaense, de 1898 a 1930, marcou um importante momento para pensar os “caminhos da história ensinada” no Brasil em suas relações com a questão da cidadania.

É desse movimento que trata o texto. Seu objetivo é contribuir para se pensar a historicidade da formação da disciplina no Brasil considerando as peculiaridades provinciais brasileiras no trato da relação ensino de História e cidadania.

1. O nascimento da disciplina de História no Paraná: ensino secundário, formação de elites e cidadania

[...] o ensino secundário deve ter por base os estudos literários, que engrandecem a esfera do pensamento, inspiram as idéias e os sentimentos generosos, e são indispensáveis à educação moral de uma nação. (Bento Fernandes de Barros, 1870, grifo meu).

O relatório do então inspetor geral de ensino sinaliza para as circunstâncias nas quais o ensino de História desenvolveu-se no Paraná, em fins dos anos de 1870 por meio do ensino secundário. No final do século XIX, status, riqueza e influência política enfeixavam-se em poucas mãos não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também nas províncias. No Paraná, quando a capital integrava-se ao mundo das letras, da escrita e das artes, estima-se uma população total correspondente a um montante de 126.722 habitantes, somando-se a ela o contingente de imigrantes que nela vivia há décadas e os escravos que foram sendo alforriados. De 1800 a 1900, viu-se crescer o percentual da população branca em detrimento das demais¹.

Desse componente social poucos participavam do círculo de letrados do período. Fruto de uma situação em que o domínio das famílias tradicionalmente ligadas a um “modelo fundiário” de produção rural da erva mate significou, sobretudo, um padrão de continuidade de poder local mais fechado ao ingresso de homens pobres livres e de imigrantes na política regional. Isso teria levado à permanência de grupos sociais de estrutura fundiária no controle

¹ Ver: Westphalen (2002, Vol.1)

político e no processo de urbanização. Em interessante trabalho sobre a genealogia da classe dominante no Paraná, OLIVEIRA (2001, p.66) informa:

Basta analisarmos as genealogias das famílias que estiveram à frente dessas atividades econômicas. [...] Há uma conexão familiar entre as atividades mineradoras de Domingos Cardoso de Lima com as grandes famílias ervateiras do século XIX: os Antonio Ricardo dos Santos, os Modesto Gonçalves Cordeiro, os Nascimento, os Loyola e os Miró. (grifo meu).

Dessas linhagens familiares saíam, no decorrer do século XIX, os jovens paranaenses aspirantes aos cargos públicos ou simplesmente ao título de doutor. Pequeno percentual da população livre preferia seguir seus estudos na Corte, então, logo abandonava a Província para se dirigir, geralmente, aos cursos do Colégio Pedro II e para a Faculdade de Direito em São Paulo. Na realidade, como ocorria na sociedade brasileira do período, no Paraná, o funcionalismo dos setores públicos foi ocupado pelos homens de letras que cursavam o ensino secundário.

Tratava-se de um conjunto de agentes sociais – ou seja, participantes do fechado círculo das elites educadas – que buscavam, em sua maioria, qualificação para os quadros jurídicos, médicos, militares e cargos na burocracia do Estado. Esses motivos faziam com que o curso de preparatórios se tornasse o mais procurado por longo período e aquelas formações as mais disputadas para a entrada nos cursos superiores. No século XIX ter um curso superior numa Faculdade de Direito, por exemplo, era a certeza de pertencer ao quadro intelectual da “boa sociedade”² que no período do Império estava centralizada nas mãos de proprietários rurais.

Esse foi também um dos aspectos que ligava a elite paranaense luso-brasileira em sua maioria, ao projeto civilizador das elites imperiais, de tal modo que foram suas visões de sociedade que forjaram os encaminhamentos administrativos e sociais da nova Província, sempre no sentido de somar-se à consolidação do Estado Imperial ou como disse MOREIRA (1933, p.9) “o desenvolvimento deste pedaço do Império”.

O curso secundário provincial foi definido, portanto, por uma elite cuja prática de aquisição cultural, por intermédio escolar, se realizava naquela modalidade de ensino. O Liceu de Curitiba, criado em 1846, pela Lei Paulista n.33, se efetiva como uma instituição de curso secundário a partir de 1858. Nesse ano, alunos prestaram exames para avançar nas *classes* marcando os primeiros movimentos da instituição após a autonomia provincial.

Geração que, vivendo os processos de urbanização das capitais do país, encontra no Paraná a preocupação em criar na capital da Província, nos anos de 1870, os “ares de uma

² Conceito utilizado por Mattos (1987) para caracterizar as elites sociais brasileiras do Império.

capital civilizada”, coerente com o ideário de modernidade que marcou a segunda metade do século XIX brasileiro.

Nesse sentido, as elites intelectuais paranaense, que se propunha a “ilustrar” o país, a “libertar” a sociedade das velhas instituições religiosas e da ignorância – oriunda daquele estrato familiar – aposta, em nome da ciência e das propostas republicanas, no restabelecimento do ensino secundário sob novas diretrizes curriculares e na criação de escolas normais.

No interior desse debate sobre o papel do ensino secundário verifica-se a presença dos saberes históricos que, criados com a cadeira de História Sagrada em 1858, caminham-se para a laicização de seus conteúdos no decorrer da década de 1860-1870. Com as discussões sobre a importância dos conhecimentos científicos, para os cursos secundários, é que vai marcar a disciplinarização desse saber no Paraná por intermédio do *Instituto de Preparatórios*. Nesse particular, reside um outro aspecto singular no curso secundário no Paraná.

Em meio à intensificação da dualidade que caracterizava o ensino secundário na província do Paraná: o desejo expresso de criar um curso regular de humanidades e, ao mesmo tempo, oferecer as matérias que fossem exigidas nos exames, em forma de aulas avulsas, que é criada a *cadeira de História e Geografia*, por meio da Lei n.456 de 12 de Abril de 1876. Por intermédio de sua prescrição, a disciplina de História nasce unida a Geografia e compunha uma *cadeira no Programa de Ensino do Instituto de Preparatórios e Escola Normal*.

A legitimação da *cadeira* de História na instituição paranaense se liga à adoção de duas obras didáticas que foram referências no colégio da corte: *História Universal*, do francês Victor Duruy, traduzido com adaptações para o ensino brasileiro; e, *Lições de História do Brasil – para os alunos do Colégio Pedro II*, de Joaquim Manoel de Macedo³.

Na circunstância social brasileira do século XIX, as marcas definidoras do desenvolvimento material e científico da humanidade, indicadas por Duruy, nortearam os conhecimentos da nacionalidade brasileira, conduzindo a produção da historiografia didática a se definir em duas frentes de saberes que se relacionavam mutuamente no ensino secundário: um saber Universal e um Nacional. Desse princípio o ensino de História, por meio de suas *cadeiras*, se realizou no Paraná tendo por objetivo a formação e a preparação de um grupo de intelectuais para ocupar cargos no quadro político e administrativo da sociedade que se pretendia “moderna” e “civilizada”.

³ Ver: Bittencourt (1993); Gasparello (2004); Toledo (2005)

Porém, será no início do século XX que a disciplina se firma legitimamente na instituição paranaense com a atuação do lente Dario Persiano de Castro Vellozo. Ao tomar posição no plano da ação política e tentar responder, por meio de seus escritos e atuação na *cadeira* de História do Ginásio Paranaense, às questões locais com as quais se defrontava como membro da elite intelectual, Vellozo elaborou formas de entender o passado histórico da nação. Seu desempenho se traduziu em imagens e ações representativas da sociedade paranaense no período, no sentido de ajudá-la a compreender a idéia de *nação* que nascia com o projeto republicano.

Por outro lado, a ascensão e o privilégio que a disciplina de História incorporou nesse processo foram por suas ligações com a temática política. No Paraná, os ideais republicanos vão ser marcados por princípio comum da elite paranaense: a monarquia revelava “atraso”, a república o “progresso”. Tais representações de sociedade moderna estarão presentes na vida cultural e política de personalidades paranaenses como Emiliano Pernetta, Emílio de Menezes, Rocha Pombo, Romário Martins, Victor do Amaral e, entre outros, Dario Persiano de Castro Vellozo. Ilustres representantes da intelectualidade paranaense do período, eles divulgam as novas de seu tempo num período em que as famílias tradicionais ainda faziam valer seus interesses. *República, povo, liberdade, patriotismo* foram temas que permearam o universo intelectual desses agentes, não poucas vezes pensados de forma singular no contexto do pensamento intelectual e político brasileiro.

No Paraná, coube à *cadeira* de *História Universal* ligar o conteúdo nacional ao universal, com especial destaque a atuação do intelectual paranaense, a partir de 1900, elaborar o discurso que uni ensino de História e formação do cidadão. O recorte temático feito para esse texto foi 1900-1905, período em que se desenrolou a produção e o debate em torno do compêndio de Vellozo no Ginásio Paranaense.

2. História e cidadania: A disciplina de História no Ginásio Paranaense

A mudança de regime vivida no país no final do século XIX não trouxe, em geral, mudanças significativas para as atividades educativas do ensino secundário no Paraná, nem a mudança de nome da instituição representou grandes transformações nos objetivos principais delegado a esse grau de ensino. Pelo Regulamento de 1891 o *Instituto Paranaense* passou a denominar-se *Gymnasio Paranense*, mantendo em anexo a *Escola Normal*, e seu funcionamento ainda atendia a Lei 456 de 1876. Nesse sentido, os alunos do curso secundário

dividiam o espaço físico com os do curso normal, bem como os professores e as mesmas aulas.

Essa configuração perdurou até 1920, quando o Decreto n.636 de 19 de maio de 1920 determinou a separação dos dois cursos. É dessa maneira que se pode dizer que a mudança de nome da instituição se fez porque os republicanos tinham como tarefa “sobrepôr à representação do Império” (COSTA & SCHWARCZ,2000).

Na esteira das continuidades, sua história é, em síntese, uma história de tentativa de equiparação ao Ginásio Nacional, nome que o Colégio Pedro II passou a ter com a reforma Benjamin Constant e, posteriormente, voltou a denominar-se Colégio Pedro II. O artigo 27 do Regulamento de 1891 estipulava que o *programa* das *cadeiras* seria modelado de acordo com o Ginásio Nacional do Rio de Janeiro, que se manteve como padrão para os demais ginásios do país.

Embora o curso no Ginásio Paranaense passasse a completar-se no período de sete anos, sua realização ainda não era completa, uma vez que as *aulas* não foram ofertadas como previsto. As *aulas* de História, por sua vez, ocorriam. Nessa *cadeira*, a disciplina – que ficou prevista para ser ensinada no 6º ano *História Universal* e 7º ano a *História do Brasil* – foi se adequando aos novos contornos políticos e pedagógicos que se desenhavam no final do século XIX através da criação de novas disciplinas e novas abordagens aos temas.

Com os ideais republicanos de construir uma sociedade representada pelo seu “povo”, a vida intelectual de personagens paranaenses tornou-se um “fazer político” e aqueceu os debates em torno das idéias de *liberdade, progresso, democracia e cidadão* no Paraná. Nesse sentido, nos primeiros tempos republicanos, parte da elite noticiava o seguinte, no jornal *A República*, endereçado ao “eleitorado paranaense”:

Cumprindo um dever patriótico que nos é imposto pelas circunstâncias atuais do País, vimos à presença de nossos concidadãos, apresentar-lhes os nomes⁴ que julgamos corresponderem às necessidades do momento político da Nação e aos interesses superiores do Paraná. O pensamento político, único inspirado pelo patriotismo, é o que se concretiza numa ação comum e combina de todos os elementos nacionais para chegar-se ao fim glorioso da organização dos Estados Unidos do Brasil, sob a forma ampla da República Federativa. (A REPÚBLICA, 1888, p.1-2, apud TOLEDO, 2005, p.87)

⁴ São indicados: (Senadores) Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura, advogado residente no rio de Janeiro; Dr. Generoso Marques dos Santos, advogado, residente em Curitiba; Dr. José Pereira dos Santos Andrade, comerciante, residente em Curitiba. (Deputados) Dr. Eduardo Mendes Gonçalves, engenheiro, residente em Curitiba; coronel Marciano Augusto Botelho Magalhães Lobo, militar, residente no Rio; major Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, engenheiro-militar, residente em Guarapuava; e Fernando Machado de Simas, farmacêutico, residente em Petrópolis; (Dicionário Histórico Biográfico do Estado do Paraná, 1991).

A necessidade de um conhecimento mais apurado das nações, num momento em que se procurava rediscutir a construção de uma identidade nacional, era bastante óbvia. Porém, mais do que isso, estava movida pelo interesse e importância que o ensino do passado passava a ter para se pensar a identidade nacional, tendo como observatório a intensificação do povoamento no Paraná em início do século XX.

As mudanças na vida urbana no Paraná, trazidas pelas ações dos imigrantes, foi acompanhada também pelas transformações tecnológicas na produção da erva mate. As mudanças tecnológicas nesse setor inauguraram um período em que o espaço urbano incorporou uma formação econômica industrializada. Nesse sentido, ele foi sendo (re)arranjado para alojar as novas construções, passando, a cidade, por uma expansão e reordenamento do traçado cultural. No entanto, não era apenas em crescimento cultural que Curitiba se mostrava. No interior do processo, os problemas sociais se agravavam e as imagens de “progresso” escondiam as contradições do processo de urbanização crescente nos anos iniciais da República.

Esse conjunto de situação, trazido pelo crescimento urbano da capital, seria o espelho para a elite paranaense vislumbrar seu projeto de nação republicana e identidade nacional. Essa questão marcará a redefinição da trajetória assumida pela disciplina no Paraná, cuja ênfase no estudo das civilizações é claro no documento oficial:

*Na historia mencionar-se-ão, sem jamais descer a minudencias, os acontecimentos politicos, scientificos, litterarios e artisticos de cada época memoravel; serão expostas as causas que determinarão o progresso ou o estabelecimento da civilização nos grandes periodos historicos, apreciados os homens que concorrem para as revoluções benéficas ou perniciosas da humanidade, mórmente os da **America e sobretudo os do Brazil**, agrupando-se em torno delles os factos caracteristicos das phases em que dominaram o espirito publico, devendo ser principal escopo do programma e do ensino, **na historia patria particulamente instruir a historia educativa e vivificadora do sentimento nacional.** (PARANÁ, Decreto de 1893, p.115-116, grifos meus).*

Embora permanecessem separadas as cadeiras de *História Universal* e *História do Brasil*, a História Nacional continuava sendo vista em uma perspectiva universalizante no Paraná. Nessa nova orientação, o predomínio da *História das Civilizações* incorpora a *História do Brasil* através do estudo da América. Isso é verificado no excerto acima descrito, em que se percebe a manifestação dos conteúdos de História se definindo entre o saber universal e o nacional, e nos compêndios adotados pelo Ginásio Paranaense⁵ como apoio às

⁵ Com o compêndio de Dario foram adotados também em 1899: *Revoluções Brasileiras* de Gonsaga Duque e *Curso de História dos Estados Americanos* de João Manoel Pereira da Silva.

Lições de História de Vellozo. (ACTAS DA CONGREGAÇÃO DO INTITUTO E ESCOLAR NORMAL (1876-1889) e ACTAS DA CONGREGAÇÃO DO GINASIO PARANAENSE E ESCOLA NORMAL (1889-1920).

Lócus da questão que vai mover as propostas para o ensino de História no Paraná, a *história educativa do sentimento nacional* será marcada pela atuação do lente Dario Persiano de Castro Vellozo, já referido, na *cadeira* de História no Ginásio Paranaense. Soma-se a isso, o fato de que, a partir do final do século XIX, várias possibilidades teóricas de se encaminhar o ensino de História no curso secundário vão surgir, não só pelo fato de que escrever uma outra História do Brasil fazia-se imprescindível; mas também porque a *História Universal* recebe, com a sua expansão como saber científico, outras abordagens e temas, surgindo a idéia de *História Geral* e *História das Civilizações* no campo disciplinar.

Em suma, no período inicial da República, no Colégio Pedro II a *cadeira* de *História do Brasil* passava por mudanças significativas, discussões apaixonadas sobre sua especificidade e revisões temáticas, nas quais a formação do Brasil era um dos centros de discussão na historiografia didática. Principal problemática na obra de Ribeiro, a formação do Brasil, o autor “[...] para compreendê-la, liga os fios do litoral e do interior, apontando os agentes que constroem a historia que chama *comum e local*” (GASPARRELO, 2004, p.169). Sem grande expressão no Paraná, se comparada a ênfase na atuação de Vellozo, os conteúdos da *História do Brasil* se firma e recebe legitimidade institucional vinculada à História da América. O estudo da civilização americana, entendida como expressão da nacionalidade brasileira na obra de Vellozo, aparece como eixo central em detrimento da história regional, marcando a definição de nação e cidadania em seu compêndio de História.

3. História ensinada e cidadania no Paraná: As *Lições de História* de Dario Vellozo

O compêndio do autor paranaense, *Lições de História*, foi publicado em 1902 pela primeira vez. Informa DeNIPOTTI (1998, p. 45) que a segunda edição foi de 1904 e a terceira de 1919, com reedições subseqüentes em 1943, 1944, 1948 e 1949. O autor informa, ainda, que as três primeiras edições do compêndio traziam impressa a aprovação da Congregação do Ginásio Paranaense e Escola Normal.

A origem da obra, entretanto, foi anterior a 1902. Ela teve início em 1900 quando, em ata da Congregação de 16 de março, é nomeada uma comissão para “dar parecer a respeito da sumula da *Historia Universal* de Vellozo, que requereu auxilio para publicar a mesma. O Título da obra seria *Lições de História Universal*” (ACTA DA CONGREGAÇÃO, 16 de

março de 1900, p.47-52). Três dias depois, a comissão apresentou seu parecer favorável a Vellozo, que, tendo concluído a súmula em 1898, foi aprovada em 1900 e seria adotada nas *aulas de História Universal*, em 1905, por um período significativo de quase 20 anos.

Esses elementos são os indícios que permitem afirmar que a disciplina de História no Ginásio Paranaense foi marcada pela atuação desse personagem que, juntamente com outras figuras regionais, denotou singularidade a constituição da História escolar no Paraná.

Lições de História é um compêndio de História Universal no qual os conteúdos são estruturados de forma a mostrar como, na história da humanidade, os homens foram passando de um estado primitivo e pré-histórico para um estado mais evoluído, constituindo-se de diferentes estágios de civilização. Em conformidade com a cronologia clássica, divide a história em: pré-história, História Antiga; Idade Medieval e Tempos Modernos. Diz Dario: “História é o estudo através dos tempos. Divide-se a História em: Antiga, Média e Moderna” (VELLOZO, 1948, p.3). Por isso as principais lições que compõem o livro referem-se aos diferentes momentos ou estágios de civilização pelo qual passaram os povos, desde a pré-história até a modernidade, introduzindo, no decorrer da narrativa, conhecimentos sobre a América nessa história geral.

Voltada para os fatos políticos, é através das ações de grandes figuras humanas que vão se formando as grandes civilizações como a Grécia e Roma. Na cronologia desenvolvida por Vellozo, seria na Antigüidade clássica que estaria o exemplo mais acabado da constituição de uma vida política organizada nos moldes da mais avançada civilização. Em sua compreensão, na Antigüidade encontrava-se o princípio de união como força do Império, encontrava-se ciência desenvolvida, regime de governo democrático e vida pública plena.

Pretendia Alexandre reunir o Oriente ao Ocidente, estabelecendo império universal. Fundara 70 cidades; buscava difundir a língua grega; assimilava a civilização dos povos Orientais. Sábios gregos classificavam as plantas e os animais, e estudavam as regiões que o exército macedônio percorria. A morte veio cortar os projetos de Alexandre, desmembrou-se o império, repartidos pelos generais: a Ptolomeu coube o Egito; a Seleuco a Síria; a Lisímaco a Trácia. (VELLOZO, 1948, p.44).

No aspecto da vida política, é ressaltado o papel dos “compatriotas” como fundamental para o desenvolvimento da Pátria, do sentimento de patriotismo e a construção de um centro político forte: “O espartano **educa-se para a Pátria**”; “O espartano apenas conhece uma carreira digna do cidadão: a das armas; não teme o inimigo, despreza a morte”. (VELLOZO, 1948, p.37, grifo meu). Em Atenas, o princípio cívico era o mesmo: “o povo exercia soberano influxo”. A família tornou-se mais íntima; o casamento constituía a base da

família; a criança recebia no lar bons exemplos e sadios ensinamentos; **“os cidadãos trabalhavam pela dignificação da Pátria”**. (VELLOZO, 1948, p.38, grifo meu).

Roma também se tornou um grande império da Antigüidade porque “todo romano válido **tomava armas na defesa da pátria**”. (VELLOZO, 1948, p.54). A decadência, por sua vez, ocorria por causa das rivalidades entre os povos, a guerra civil e o desmembramento do território pátrio. Ao relatar o declínio de Roma, anota: “De Cômodo a Diocleciano são guerras civis, é anarquia militar. Imperadores indignos sucedem-se arrastando o Império a todas as degradações. É a agonia”. (VELLOZO, 1948, p.61).

Com a “queda do feudalismo”, uma nova era se instaura e a principal mudança que a memória do estudante deveria reter eram as novas relações sociais que, aos poucos, constituíam-se baseadas em novas leis e num contrato social entre as classes:

*Variavam os direitos dos burgueses; algumas cidades tinham obtido o de si mesma se governarem. Assim se estabeleciam as comunas. Os direitos da burguesia aumentavam á proporção que enfraquecia o poderio dos senhores. A comuna tem o direito de guerra [...]. Possui um selo para autenticar seus atos, [...] O conselho comunal reúne-se em edifício próprio. Há tribunal de justiça que julga os delitos e impõe penas. A comuna melhora a condição do servo que vai conseguindo carta de franquia; **contribui para a formação do povo**. (VELLOZO, 1948, p.86-87, grifo meu).*

À frente, uma referência à formação do “povo” no desenvolvimento das cidades modernas e uma crítica à Monarquia:

O povo, que se formava, graças á liberdade que os antigos servos gozavam nos burgos, entra a sofrer a opressão e o despotismo, dos burgueses ricos. Este despotismo, intensificado no regime monárquico que lhe seguiu, congregadas as duas nobrezas em causa comum, criou na plêbe células de reação, que se foram propagando através dos séculos e constituíram um dos fatores da grande revolução de 1789. (VELLOZO, 1948, p.87).

Considerado a “aurora dos tempos modernos” o tema “Descobrimientos Marítimos” abre o período moderno com a Lição XXVII. Nela, uma síntese de alguns fatos da História de Portugal é elaborada até chegar ao descobrimento da América e do Brasil, que também é tratado de forma sintética na Lição XXVII.

Faz parte do período “Tempos Modernos” o movimento da Renascença e as Lutas Religiosas, onde ganha destaque e mais laudas o aspecto cultural e artístico desses eventos. No entanto, é a “Revolução Francesa”, Lição XXXII, que se torna o grande marco do processo civilizatório da humanidade nesse período, visto que foi com ela que

A ciência expandia-se; ideais surgiram, libertários e generosos. O povo interessava-se, aplaudia, seguindo a nova corrente de opiniões, fator precioso de sua emancipação, de seus direitos. Esse intenso reagir contra os abusos do antigo regime, contra os prejuízos de classes, contra a suzerania; em prol do povo que sofria e tinha igual direito à vida, à liberdade, à civilização: chamou-se Revolução Francesa. (VELLOZO, 1948, p.110, grifo meu).

Na narração dos acontecimentos de 1789, verifica-se a crítica à Monarquia e o favoritismo pela República como princípio político de Vellozo. Na passagem em que trata da ação de Napoleão I em 1804, transparece sua opção:

A república era extinta; mas, os ideais dos Enciclopedistas e as conquistas emancipadoras da Revolução se perpetuariam, constituindo inalienável dote da Humanidade. As grandes reformas não foram anuladas, os direitos do homem entraram na constituição dos países modernos. Foi o início da nova ordem social, a base da civilização do século XIX. (VELLOZO, 1948, p.112-113).

As lições terminam com informações sobre a América. Na Lição XXXIV, as civilizações consideradas mais avançadas do continente são destacadas, entre elas a dos Incas é a indicada como a mais evoluída em civilização. Na seqüência, critica a “exploração” que ocorre no continente americano pelos europeus, como por exemplo, a escravidão negra.

Na pequena passagem do texto que segue, nota-se o princípio da mestiçagem como constituição do “povo americano”: “O cruzamento com os naturais estabeleceu-se aparecendo o mestiço, em cujas veias corria não raro o sangue europeu. **A população das colônias crescia, em grande parte composta de mestiços.**” (VELLOZO, 1948, p.129, grifo meu).

À esse “povo mestiço” é atribuída a virtude da luta pela independência que se processou no século XVIII nas Américas. Diz o autor:

Os laços com as metrópoles afrouxavam, à proporção que novos elementos de vitalidade se formavam, e usos e costumes divergiam. Reações foram surgindo, a idéia de emancipação acentuou-se, proclamando as colônias a independência”. (VELLOZO, 1948, p.129).

Ao encerrar suas lições com o tema da “Independência”, o caso Norte Americano é tratado com profunda admiração: “Washington, alma e cérebro da causa emancipadora, num belo surto de entusiasmo e gratidão nacional, foi eleito por unanimidade, primeiro presidente dos Estados Unidos, 1789”. (VELLOZO, 1948, p.132).

Quanto à independência sul-americana, poucas palavras resumem sua história. Em apenas uma página relata o acontecido: “à independência dos Estados Unidos, seguiu-se a emancipação da América Latina. A grande revolução francesa levava intensas vibrações a todos os povos que se orientavam, procurando fazer-se autônomos e livres”. (VELLOZO,

1948, p. 133). E, a referência ao Brasil se faz nessa frase: “O Brasil, em 1822” (VELLOZO, 1948, p.133).

Dessa forma, Vellozo integra o pensamento de republicanos que se esforçam para minimizar a distância entre o *povo* e a *pátria*. Este esforço se deu especialmente na criação de *sentidos* históricos para a República. Articuladas em seus sonhos, as repúblicas americanas teriam, na leitura de Vellozo, um marco final: enaltecimento de uma história patriótica, de cunho nacional, em detrimento de histórias regionais. Esse foi o caminho encontrado para incorporar a idéia de cidadania no ensino, com o fim de fortalecer a nação republicana.

Últimas considerações

No processo instituidor do ensino secundário brasileiro, marcado preparação de uma elite aos cursos superiores e para os cargos na burocracia do Estado, a configuração do ensino de História no Paraná se realizou no decorrer do século XIX. Pela ação pedagógica e discurso político de Dario de Castro Vellozo, membro de uma elite política e intelectual, a relação estabelecida entre ensino de História e cidadania, foi construída pela dinâmica de conceitos políticos como *nação* e *pátria*. O compêndio *Lições de História*, adotado por duas décadas, foi elaborado entre 1889-1900, adotado a partir de 1905, resultou num artefato cultural por meio do qual as possibilidades e condições oferecidas para o conhecimento histórico, justificador do projeto de nação como unidade, se realizou no Paraná, por meio de formação de uma elite intelectual no curso secundário paranaense.

Diante da falta de vitalidade e da perspectiva de declínio de uma organização política fundada no paternalismo e no poder pessoal dos senhores locais, que marcou o início do século XX no Paraná, Vellozo pensou um novo país, organizado segundo os moldes tomados por países da Europa – fundamentalmente a França – e os EUA. Em suas críticas, em geral extraídas dos ideais da Revolução Francesa e Norte-Americana, a escravidão e a monarquia são tomadas como símbolos maiores do “atraso” quando tenta criar “mitos fundadores” e símbolos republicanos. Nesse sentido, Vellozo teceu seu compêndio de História para ensinar lições à mocidade paranaense num momento em que as noções e sentido de *pátria*, *povo* e *liberdade* redefiniam-se teoricamente diante das mudanças ocorridas em 1889.

Uma história patriótica, no novo sentido imprimido à palavra *Pátria*, agora marcada pelo século que teve a liberdade como bandeira na América chamada “Latina”. Nesse sentido, a *Nação* parece não encontrar lugar preciso, como o sentido de *Pátria*, em Vellozo. Ela é definida como lugar, por definição, da constituição da ação política do “povo”, com ênfase na

análise do caso francês, tendo a Revolução Francesa como princípio. A *Nação* está presente no autor como espaço universal que se realiza na luta política manifesta na *pátria*. Ou seja, apóia-se sobre o princípio de Nação que caracteriza o século XIX⁶, mas esse conceito recebe significativa carga de “sentimentos civis” porque, quando tomada relativamente á idéia de Pátria. Constata-se que ele enfatiza o *patriotismo* – o sentimento de pertença – não a *Nação* como território.

Com Vellozo, a disciplina de História, no conjunto sócio-cultural de sua formação disciplinar no Brasil, tratou de buscar na dimensão universal do ensino, por meio das Civilizações, o fio condutor para a exaltação da Pátria e dos ideais de cidadania (francesa). Enfim, via na *Pátria* o próprio fundamento das nações civilizadas e, na *ciência*, na *tolerância*, na *liberdade*, no *cidadão*, a base de progresso dessa civilização. O verdadeiro dever patriótico consistia em fazer conhecer, amar e avivar o sentimento pela Pátria; a escola republicana seria exatamente um dos meios deste aprendizado e o ensino de História, ou o conhecimento histórico, o caminho mais apropriado para tal fim.

A relação entre ensino de História e formação do cidadão, no Paraná, encontrou nesse intelectual, que atuou ativamente no campo educacional, uma concepção de História que permeou o universo cultural da sociedade paranaense no início do XX e marcou a singularidade da formação disciplinar no ensino secundário brasileiro. Isso porque, enquanto na corte a diversidade regional também se tornava uma questão a ser enfrentada no propósito de anunciar a nova Nação; no Paraná, no período de 1900 a 1905, localizam-se explicitamente indícios da relação *ensino de História, Civismo e Civilização*, uma vez que foi nesse interstício que Vellozo elabora seu compêndio e o adota no Ginásio Paranaense.

Referência:

1. Fontes Manuscritas:

ATAS DO LICEU DE CURITIBA. Arquivo do Colégio Estadual do Paraná. *Livro de Actas de Exames do Liceu. 1858-1861.*, Curitiba, s/d.

ACTAS DA CONGREGAÇÃO DO INTITUTO E ESCOLAR NORMAL. Arquivo do Colégio Estadual do Paraná. Livro de Actas (1876-1889), Curitiba s/d

ACTAS DA CONGREGAÇÃO DO GINASIO PARANAENSE E ESCOLA NORMAL. Arquivo do Colégio Estadual do Paraná. Livro de Actas (1889-1920). Curitiba s/d.

2. Fontes impressas:

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província Zacarias de Góes e Vasconcellos de 15 de julho de 1854.

⁶ Sobre esse tem ver, fundamentalmente, Hobsbawm (1990).

_____. Decreto n.6 de 17 de Fevereiro de 1893. In.: *Collecção de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná*, 1892-1893. Curitiba, Typ. Da República, 1894.

_____. *Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Chain, 1991.

VELLOZO, D.C. *Lições de História*. 6ª ed. Curitiba: Instituto Neo-Pitagórico, 1948.

WESTPHALEN, C.M. *Um Mazzolino de Fiori*, vol.I.; Vol.II. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002.

3. Bibliografia

BITTENCOURT, C.M. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1993.

COSTA, A.M. da e SCHWARCZ, L. M. 1890-1914. *No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DENIPOTI, C. *A sedução da leitura – livros, leitores e história cultural. Paraná 1880-1930*. Curitiba: Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 1998.

GASPARELLO, A. M. *Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

Haidar, M.L.M. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1972.

Hobsbawm, H. *Nações e nacionalismo desde 1870*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

MOREIRA, J.E. Instalação e organização do Governo Provincial do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, 1933

OLIVEIRA, R.C. *O silêncio dos Vencedores*. Genealogia, classe dominante e Estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

MATTOS, I.R. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

SILVA, G.B. *Introdução crítica ao ensino secundário*. Rio de Janeiro: MEC/Cades, 1959.

TOLEDO, M.A.L.T. *A disciplina de História no Paraná: os compêndios de História e a História ensinada (1876-1905)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.